

4.ª 19.04.2018	SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CARNIDE - 2ª Reunião -
---------------------------------	--

ACTA

Aos **dezanove** dias do mês de **Abril** do ano de **dois mil e dezoito**, pelas **vinte e uma horas e vinte minutos**, reuniu, em segunda reunião da **terceira sessão ordinária** do quadriénio 2017-2021, a Assembleia de Freguesia de Carnide, tendo estado presentes: **MARIA VILAR DIÓGENES, FERNANDO JOSÉ LOURO OLIVEIRA, MARIA JOSÉ PINHEIRO DA CRUZ, VIRGINIA CRUZ GARCIA PINTO, JOSÉ ANTÓNIO DA COSTA MORGADO, DANIEL LUIS MARTINS DA SILVA SOARES, VASCO HENRIQUE MARQUES BARRETO DE CASTRO FERREIRA, JORGE HUMBERTO OLIVEIRA DA SILVA, JOÃO VENTURA TOURÃO, MÁRIO ANTÓNIO DE OLIVEIRA ALVES, DIANA ISABEL BECHET GONÇALVES VALE e MIGUEL MARTINS AGROCHÃO.**

Por impossibilidade de estar presente, e cuja ausência foi devidamente justificada e atempadamente comunicada, **PAULO RENATO LOPES RODRIGUES** foi substituído por **NOEMI SILVA PARAÍSO.**

Por parte do Executivo estiveram presentes: **FÁBIO MARTINS DE SOUSA, FLORIANE SILVESTRI, MARIA TERESA FERREIRA MARTINS, PAULA CRISTINA MARQUES GRANJA e SUSANA MARIA BERNARDO VIEIRA DA CRUZ.**

Na **Ordem de Trabalhos** desta Assembleia, e conforme prévia convocatória, constava a abordagem aos seguintes pontos, transitados da reunião anterior:

- 1. ALTERAÇÕES À NORMA DE CONTROLO INTERNO;**
Apreciar nos termos da alínea e) do nº 1 do artigo 16º. do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.
- 2. PROPOSTAS – PROTOCOLOS DE COOPERAÇÃO;**
Autorizar a celebração de Protocolos de acordo com as alíneas g), i) e j) do n.1 do art.º 9.º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.

Para exposição do **Ponto 1 - ALTERAÇÕES À NORMA DE CONTROLO INTERNO;** a Presidente da Assembleia de Freguesia, **MARIA VILAR**, começou por dar a palavra a **FÁBIO SOUSA**, que, por sua vez, explicou que por ser esta uma das áreas da competência da Tesoureira **Susana Cruz**, seria ela a fazer a sua exposição

Assim, **SUSANA CRUZ**, começou por afirmar que as alterações agora introduzidas à Norma de Controlo Interno, e espelhadas no documento previamente entregue aos

elementos da Assembleia de Freguesia, são apenas questões de pormenor relativamente àquilo que já vinha sendo preconizado nas normas anteriores, que datam de 2015. Com estas alterações pretendem-se, assim, reforçar os critérios de eficiência, transparência e rigor, que têm sido apanágio da Junta de Freguesia de Carnide

A este propósito DANIEL SOARES, depois de saudar os presentes, afirmou que, da análise feita a este documento, considera que a Norma de Controlo Interna se lhe afigura parca nas questões de contratação pública.

Questionou, também, sobre o desenvolvimento do Regulamento do Empréstimo de Material e Equipamentos da Junta Freguesia que, em anterior reunião, o Presidente FÁBIO SOUSA ficou de apresentar.

Ainda que não directamente relacionado com a abordagem do Ponto 1, mas também nele podendo ser considerado, DANIEL SOARES pediu também que aqui fosse aprofundada a questão da averiguação da situação do empréstimo da carrinha, registado em 2017.

MIGUEL AGROCHÃO, por sua vez, felicitou o Executivo pelo documento apresentado, uma vez que, não havendo necessidade de grandes alterações, considera sempre importante que se tenha incorporado a rotina da sua revisão.

DIANA VALE, por sua vez, questiona quais as alterações mais significativas, agora introduzidas, uma vez que não estava no mandato anterior, e quais as que têm maior impacto processual e financeiro.

Corroborou também, com Daniel Soares, a questão da situação da carrinha e perguntou se é possível ter acesso ao documento que regulamenta o empréstimo das viaturas.

Na mesma linha se manifestou JOSÉ MORGADO, pedindo que lhe sejam indicadas as alterações mais significativas às normas anteriores, uma vez que também ele não estava eleito no mandato anterior, e afirmando, tal como os anteriores intervenientes, que esperava receber as normas de utilização das carrinhas da Junta de Freguesia, como prometido há algum tempo atrás, e de saber em que estado está o atual protocolo neste sentido.

No uso da palavra, SUSANA CRUZ, começou por dizer que não há nenhuma alteração estruturais relativa à Norma, cuja versão original data de 2015, altura em que ela nasce. As alterações agora introduzidas, foram apenas de pormenor. Acrescentando aqui ou ali uma vírgula, e que este documento tem vindo a passar de tesoureiro para tesoureiro.

Nesta sequência, FÁBIO SOUSA afirmou, contudo, que se a Assembleia considerar a necessidade de alterações importantes ou se quiser sugerir alterações à Norma, o Executivo está na disposição de as estudar e apreciar técnica e politicamente, procurando ir ao encontro do que sejam as expectativas dos proponentes.

Relativamente à situação das carrinhas, o Presidente da Junta de Freguesia afirmou que as normas regulamentares já foram aqui discutidas e apreciadas em anterior Assembleia de Freguesia. Não obstante, o Executivo poderá de novo reenviá-las para os membros da Assembleia. E, se nada houver a acrescentar durante o prazo de uma semana, esta questão passará para discussão pública e sujeição a aprovação nesta Assembleia.

A este propósito DANIEL SOARES, pediu que lhe fossem enviadas estas normas em formato *word* para que possam ser introduzidas anotações e sugestões

JOSÉ MORGADO, afirmou, por seu lado que é importante saber, do ponto de vista legal e por uma questão de seguros, quem é que pode conduzir aquelas viaturas. Que tipo de seguros têm as carrinhas e quem as pode conduzir garantindo a cobertura do seguro.

FÁBIO SOUSA, aproveitou este momento para recordar que, há já muitos anos, tem sido prática da Junta de Freguesia este apoio (de cedência de viaturas) às associações e às pessoas da freguesia e isso não pode ser sonegado, pelo que é preciso gerir este processo com bom senso. Ainda assim a Junta de Freguesia irá avaliar com rigor e critério todas as estas questões. Considerou, contudo, não ser possível burocratizar todo o tipo de procedimentos e actividades, porquanto isso dificulta a ajuda que se deseja prestar às pessoas.

Em continuação desta temática, DANIEL SOARES afirmou que haver boas minutas e adoptar bons procedimentos ajuda a tornar processos mais céleres e a conferir-lhes maior segurança.

VIRGINIA PINTO, por seu lado, afirmou que Normas e problemas sempre houveram e sempre haverão, concordando com a manutenção deste apoio às pessoas e às Associações. Esta tem sido uma prática da Junta de Freguesia de Carnide que remonta a muitos anos atrás e a que é preciso dar continuidade. É preciso olhar com olhos solidários para esta questão - afirmou.

JOSÉ MORGADO, quis deixar claro que o facto de este assunto ser levantado, não significa que não haja solidariedade. Este assunto apenas surgiu – assim o afirmou - porque foi público e apareceu nos jornais e isso levantou uma série de questões pertinentes, nomeadamente sobre a responsabilidade da pessoa que a estava a conduzir.

A encerrar a discussão deste ponto, o Presidente da Junta de Freguesia, esclareceu que está ainda a decorrer um processo de averiguações na Policia Municipal de Sintra, e que desde o início a Junta de Freguesia tem estado a colaborar proactivamente na apuamento desta situação.

Entrando-se na discussão do **PONTO 2** da Ordem de Trabalhos - **PROPOSTAS – PROTOCOLOS DE COOPERAÇÃO**, o Presidente FÁBIO SOUSA começou por afirmar que, com o fim do mandato anterior, foi necessário reformular os Protocolos que regulam as relações da Junta de Freguesia com as Associações, e nomeadamente com os apoios dados pela autarquia e as contrapartidas que as Associações têm de dar à comunidade.

Procurou-se, assim, criar uma uniformização dos protocolos, sem esquecer, contudo, as necessárias alterações e adaptações tendo em conta a natureza e os fins de cada associação.

Procurou-se, também, ser mais rigoroso neste tipo de protocolos, nomeadamente com a exigência de um plano e elaboração de relatórios de actividade. Tentou-se, contudo, ultrapassar os contrangimentos com que cada associação se debate.

Este protocolo terá, assim, uma validade até final de 2018, no sentido de permitir que, em conjunto, possam ser avaliadas as realidades de cada associação, levando a que no final deste período ele possa de novo ser revisto e ajustado.

DANIEL SOARES, nesta sequência, propôs que cada protocolo pudesse ser votado um a um e não colectivamente. Relativamente ao prazo de validade, afirmou não ser verdade que todos tenham termo no final deste ano. Há dois com prazos diferentes.

Por outro lado, afirmou também que o PS discorda que o prazo de vigência tenha de ser de um ano, porque isto gera instabilidade e precariedade na Associação, porquanto as Associações precisam de ter uma base de trabalho para candidaturas plurianuais e esta restrição pode impedir-lhes o sucesso. Propôs, assim, que os prazos dos protocolos sejam de um mandato, sem prejuízo de poderem vir a ser revistos ou denunciados antes de findo esse prazo.

Relativamente ao conteúdo dos protocolos, afirmou, ainda, considerar haver uma questão pertinente que se prende com a dúvida acerca de um protocolo que estará a ser celebrado com a empresa de uma pessoa que é simultaneamente colaboradora da Junta de Freguesia.

Por outro lado, e ainda que esta seja uma decisão do executivo e da decisão maioritária da Assembleia de Freguesia que venha a ser plasmada na aprovação de todos os protocolos, propôs que não houvesse diferenciação nos descontos preconizados para participação nas actividades destas associações, entre a população e membros da Assembleia de Freguesia.

Embora não constituindo uma ilegalidade, pergunta se nas decisões de aprovação dos apoios a determinada Associação, estabelecidos pelo Executivo, os membros dessa associação que sejam simultaneamente membros do executivo participam nessa votação.

DIANA VALE, por seu lado, questionou se os protocolos são ou não prorrogáveis e se habitualmente todas as Associações apresentam plano e relatório de actividades.

Corroborando a sugestão apresentada pelo PS, também o CDS e o PSD propuseram que os protocolos pudessem ser votados individualmente, considerando-se em separado caso a caso.

Neste período da reunião, DANIEL SOARES, sublinhou que não foi apresentada a documentação que deveria acompanhar as respectivas propostas de protocolo (nomeadamente a acta da reunião do Executivo, os considerandos que sustentam a deliberação, etc, etc, etc...). Pediu, assim, que até ao momento da votação fossem distribuídos estes documentos aos membros da Assembleia de Freguesia.

Em clarificação deste ponto, SUSANA CRUZ, esclareceu que a Acta do Executivo relativa à reunião onde foram discutidos estes protocolos está online. Houve inclusive o cuidado de, na situação em que um membro do executivo é simultaneamente membro dos órgãos sociais de uma associação (Teresa Martins), esta não votar, e tendo mesmo saído da sala nessa ocasião, garantindo assim total isenção.

Relativamente à questão que se prende com os prazos, SUSANA CRUZ afirmou que a Junta de Freguesia não tem intenção de perpetuar as situações, mas que, de acordo com a avaliação e com os indicadores da actividade de cada associação, pode ir assim ajustando adequadamente os respectivos protocolos.

Há, contudo, dois protocolos que não cumprem os requisitos do tempo, como afirmara Daniel Soares: e esclareceu que um deles era o Teatro Lua Cheia, porque houve melhoramentos significativos no seu espaço (até com o apoio da CML). E o outro o Clube Intercultural, que é um protocolo que acontece no âmbito do projecto Bip-Zip e que, por isso, tem de obedecer ao prazo mínimo estipulado.

A próxima geração de protocolos – afirmou SUSANA CRUZ - irá manter os moldes do passado, nomeadamente a prática de os fazer coincidir com os períodos dos mandatos mas, para já, pareceu sensato e coerente ajustar os protocolos à realidade actual das associações.

Os protocolos anteriores também não contemplavam a necessidade de Plano de Actividades, mas é um dever da Junta de Freguesia ter consciência do que é a actividade das associações que apoia.

A este propósito VIRGINIA PINTO afirmou-se decepcionada com o método de trabalho dos protocolos, porque, se se sabe o que faz a maioria das Associações, já de outras não se sabe nada, nem são conhecidas as suas actividades, pelo que considera que não podem “ser colocadas todas no mesmo saco”. Os protocolos a estabelecer com as Associações desconhecidas deveriam, então, ter o período de um ano, e para as mais conhecidas deveriam ter já um período coincidente com o de um mandato de 4 anos.

No que diz respeito à dúvida levantada por Daniel Soares, acerca de um protocolo com uma empresa cuja responsável é colaborador da Junta de Freguesia, FÁBIO SOUSA, afirmou que o protocolo com a empresa HAYtl é do mais transparente que pode haver, no entanto, se não houver conforto na aprovação por esta Assembleia de Freguesia, sem qualquer problema se retirará esta proposta de protocolo. Contudo – assim considerou – faz todo o sentido dar continuidade ao trabalho que tem vindo a ser por ela desenvolvido na freguesia.

No uso da palavra, DANIEL SOARES, afirmou que a informação de que Teresa Martins não tinha votado nos apoios ao Teatro de Carnide não corresponde à realidade. Nas reuniões 17, 21 e 24 foram aprovados apoios ao Teatro de Carnide e, nessas actas, não consta que Teresa Martins não tenha votado.

Na sequência da afirmação de Daniel Soares, FÁBIO SOUSA, afirmou que, relativamente ao Teatro de Carnide até pode haver alguma questão concreta, do ponto de vista administrativo, que não esteja salvaguardada, mas a verdade é que o Teatro de Carnide, o actual Executivo e mesmo esta Assembleia de Freguesia estão intimamente ligados ao movimento associativo. *“Esta ligação ao movimento associativo está no nosso ADN, e é perfeitamente normal que exista uma Teresa Martins envolvida no movimento associativo, uma Paula Granja, que foi presidente do Teatro de Carnide, uma Floriane Silvestri que foi presidente de uma Associação de Pais da Horta Nova, eu próprio que fui e que venho do movimento associativo e que fui presidente de uma Associação local, a Associação Mãos do Mundo...(...) Obviamente que tentamos sempre salvaguardar aquilo que são as incompatibilidades, como muito bem aqui são referidas. Agora o que não podemos aceitar é que se ponha em causa aquilo que são os apoios que são dados a estas entidades. A Assembleia de Freguesia tem noção que o apoio dado ao Teatro de Carnide não paga nem metade daquilo que ele investe nas actividades que são promovidas pela Junta de Freguesia”?*

TERESA MARTINS por seu turno e a este propósito, lamentou que há mais de uma hora se estivessem a discutir questões meramente processuais – se Teresa Martins votou ou não votou - e não a olhar para os respectivos protocolos que deveriam ser votados.

Afirmou, também, que desde as eleições autárquicas está demissionária da direcção do Teatro de Carnide e que propositadamente recusou o pelouro da cultura, porque não lhe fazia sentido que, após a eleição e mesmo saindo daquela Instituição, assumisse logo este cargo.

Nesta sequência DANIEL SOARES declarou não duvidar da seriedade da Teresa Martins, e que não coloca em causa a sua idoneidade, mas que tão somente coloca em cima da mesa uma questão de natureza processual.

Em continuação, o PS propôs que pudesse ser aditada à deliberação de aprovação um ponto que afirme que se os protocolos de colaboração não forem celebrados até ao final do prazo estipulados eles sejam renovados automaticamente. Do ponto de vista político – assim o disse - colocar um prazo para colaboração entre a Junta de Freguesia e as Associações é também colocar as Associações subjugadas à vontade da Junta Freguesia, do Executivo, desta Assembleia e da maioria desta Assembleia.

A finalizar todo este debate, o Presidente FÁBIO SOUSA propôs, então, a retirada do protocolo com a empresa HAYtl.

Procedendo-se então à votação dos protocolos, de forma individual como havia sido sugerido, registaram-se os seguintes resultados, tendo sido, nesta votação, observados os critérios que se indicam no campo das observações:

PROTOCOLO	RESULTADO	OBSERVAÇÕES
AAMA	Aprovado por Unanimidade	
APOD	Aprovado por Unanimidade	Correção à data, por lapso 2108
ARPIC	Aprovado por Unanimidade	Maria Vilar, Mário Alves e João Ventura não votaram por pertencerem aos órgãos sociais
LUZ F. C.	Aprovado por Unanimidade	
MÃOS DO MUNDO	Aprovado por Unanimidade	
AMQL	Aprovado por Unanimidade	Não votou Mário Alves por pertencer aos órgãos sociais
FUTEBOL RUA	Aprovado por Unanimidade	
ASS. AUXILIADORA	Aprovado por Unanimidade	Maria Vilar e João Ventura não votaram por pertencerem aos órgãos sociais
TENDA	Aprovado por Unanimidade	
AZIMUTE RADICAL	Aprovado por Unanimidade	Miguel Agrochão não votou por pertencer aos órgãos sociais
BOUTIQUE CULTURA	Aprovado por Unanimidade	
CENTRO PAROQUIAL	Aprovado por Unanimidade	
CLUBEINTERCULTURAL	Aprovado por Unanimidade	
CONTRAPALCO	Aprovado por Unanimidade	
CRESCER A CORES	Aprovado por Unanimidade	Noemi não votou por pertencer aos órgãos sociais
CULTURA SEM FRONTEIRAS	Aprovado por Unanimidade	
HISTORIAS TIRAR CHAPEU	Aprovado por Unanimidade	
GAC	Aprovado por Unanimidade	Maria Vilar e João Ventura não votaram por pertencerem

		aos órgãos sociais
HORAS SONHO	Aprovado por Unanimidade	
JUV HORTA NOVA	Aprovado por Unanimidade	Maria Vilar não votou por pertencer aos órgãos sociais
LUA CHEIA	Aprovado por Unanimidade	
NOS DE AFECTOS	Aprovado por Unanimidade	Maria Vilar não votou por pertencer aos órgãos sociais
NUC.ASSOC. CARNIDE CENTRO	Aprovado por Unanimidade	João Ventura não votou por pertencer aos órgãos sociais
NUPIC	Aprovado por Unanimidade	
RESTO DE NADA	Aprovado por Unanimidade	
SPIN	Aprovado por Unanimidade	
TEATRO DE CARNIDE	Aprovado por Unanimidade	Maria Vilar não votou por pertencer aos órgãos sociais
TEATRO SILENCIO	Aprovado por Unanimidade	
WACT	Aprovado por Unanimidade	
WAKESEED	Aprovado por Unanimidade	

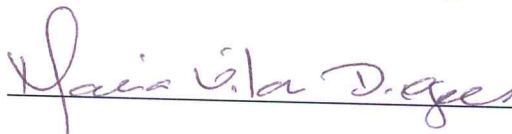
Quase a finalizar a reunião, DANIEL SOARES, afirmou que o PS, iria apresentar por escrito uma Declaração de Voto, relativa a todos os Protocolos votados.

A encerrar esta Assembleia, foi acordado que a próxima sessão ordinária pudesse acontecer na segunda quinzena de Junho de 2018, mas ficando, para já, sem data marcada.

Procedendo-se, de seguida, à leitura da Acta em Minuta esta resultou aprovada por todos os elementos da Assembleia presentes.

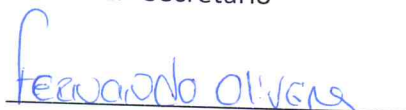
Nada mais havendo a acrescentar, deu-se por encerrada esta Assembleia de Freguesia, eram 23 horas e quinze minutos do dia dezanove de Abril, tendo sido lavrada a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada por **MARIA VILAR DIÓGENES**, Presidente; **FERNANDO D'OLIVEIRA**, 1.º Secretário, que a redigiu e **MARIA JOSÉ CRUZ**, 2.ª Secretária.

A Presidente da Assembleia de Freguesia



Maria Vilar Diógenes

1.º Secretário



Fernando d'Oliveira

2.ª Secretária



Maria José Cruz